



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 678597 - SP (2021/0211144-5)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIANA TEIXEIRA ZEQUINI - SP300454
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : ORCENY BARBOSA DANTAS (PRESO)
CORRÉU : VINICIUS GOMES DE CARVALHO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ORCENY BARBOSA DANTAS em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Apelação Criminal n. 1501227-83.2019.8.26.0066).

O paciente foi condenado em primeiro grau de jurisdição às penas de 11 anos e 8 meses de reclusão em regime inicial fechado e de 1.748 dias-multa pela prática dos delitos tipificados nos arts. 33, *caput*, e 35, *caput*, ambos c/c o art. 40, inciso III, todos da Lei n. 11.343/2006.

Interposto recurso de apelação, o Tribunal de origem, por maioria, deu provimento ao apelo defensivo para absolver o réu do crime de associação para o tráfico e redimensionar a reprimenda para 1 ano e 8 meses de reclusão e 166 dias-multa, mantido o regime fechado para o início de resgate da reprimenda.

A impetrante sustenta que o paciente estaria sofrendo constrangimento ilegal, uma vez que, absolvido do crime de associação para o tráfico e fixada a pena abaixo de 4 anos, o regime mais gravoso teria sido mantido com fundamento na hediondez e na gravidade em abstrato do delito.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do regime semiaberto.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em análise sumária, própria do regime de plantão, verifica-se que o regime inicial mais gravoso foi fixado com base na gravidade em abstrato do delito e em considerações genéricas, embora a pena-base tenha sido fixada no mínimo legal, o que

afronta as Súmulas n. 718 e 719 do STF e 440 do STJ.

Assim, considerando o *quantum* da pena aplicada, a reincidência, a ausência de circunstâncias judiciais desfavoráveis e a falta de fundamentação concreta, deve ser fixado o regime intermediário (art. 33, § 2º, do Código Penal).

Ante o exposto, defiro o pedido de liminar para que o paciente aguarde em regime semiaberto o julgamento definitivo do *habeas corpus*, ressalvada a hipótese de estar cumprindo pena por outro processo em regime diverso ou de haver contra ele mandado de prisão cautelar.

Comunique-se com urgência ao Juízo de primeira instância e ao Tribunal de origem, solicitando-se-lhes informações, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente